

Aprovada na 1019ª sessão

ALADI/CR/Ata 1017
27 de agosto de 2008
Horário: 10h25m às 12h35m

ATA DA 1017ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 1014ª e 1015ª sessões.
 4. Tratamento das ações e projetos de resolução a serem adotados pelo próximo Conselho de Ministros.
 5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
 - Sistemas de Informação e Estatísticas.
 - Normas e Disciplinas.
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina), Pablo Guzmán Laugier e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Ivana Marília Gurgel, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia), Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Ivonne Flores Espinoza (Equador), Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Hernán Rafael Cáceres Vera e Octavio Ferreira Gini (Paraguai), Max de la Fuente Prem, Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela) e, Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Ricardo Hartstein, Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia a todos, vamos iniciar a 1017ª sessão do Comitê de Representantes da ALADI, com a ordem do dia que foi oportunamente distribuída, o primeiro ponto é a aprovação da Ordem do Dia, mas estamos com uma situação especial, temos hoje a honra de receber o Vice-Ministro das Relações Econômicas da Bolívia, mas que vem como Representante titular junto à ALADI e para explicar esta situação, peço ao Secretário-Geral que faça uso da palavra e depois vamos proceder ao tratamento da Ordem do Dia, que já todos conhecem. Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente, senhores Embaixadores, Embaixadoras, membros do Comitê de Representantes, com muito prazer informo ao Comitê, que na presente data recebemos com o Presidente do Comitê, com o Embaixador da Venezuela, com o Embaixador da Bolívia, como integrantes da Mesa, o novo Representante da Bolívia junto ao Comitê, pois com data 13 de agosto, o Chanceler da Bolívia dirigiu uma nota a esta Secretaria-Geral, na qual acredita o Vice-Ministro das Relações Econômicas e Comércio Exterior da Bolívia, Embaixador Pablo Guzmán, como Representante Titular junto ao Comitê e, como Representante Alternativo, Benjamín Blanco Ferri, Diretor-Geral de Negociações, Integração e Acordos Comerciais desse Vice-Ministério.

Esta nova situação foi explicada de forma muito detalhada pelo Vice-Ministro e a partir de hoje ele passará a fazer parte do Comitê, fora dos procedimentos protocolares aos quais estamos acostumados, mas atendendo a decisão soberana do Governo boliviano, entendemos que os requisitos fundamentais estabelecidos no Tratado estão plenamente

justificados e depois serão tomadas as medidas administrativas correspondentes, bem como a comunicação pertinente ao Governo do país sede, como é habitual. Isto é o que queria informar, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral, oportunamente daremos a palavra, especificamente sobre este ponto, ao senhor Vice-Ministro. Então, entraremos no tratamento da Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... o primeiro ponto é a Aprovação da Ordem do Dia, ofereço a palavra, não havendo observações, considera-se aprovada.

Passamos ao ponto dos Assuntos em pauta.

2. Assuntos em pauta

... Peço à Secretaria que nos informe sobre esses aspectos.

SECRETÁRIO-GERAL. O senhores têm a lista dos temas em pauta, uma nota da Delegação do Brasil, referida ao foro virtual que deve ser relacionado com o processo de elaboração do Regulamento da Comissão Administradora do Acordo Regional No. 8.

Outro tema da Delegação do Brasil, encaminha comentários de seu Governo ao documento ALADI/SEC/di 2157, sobre medidas de salvaguardas aprovadas pelos países-membros e finalmente uma comunicação sobre o curso de política comercial para os países-membros, são os temas em pauta e por serem tão poucos os li. Nada mais, Presidente.

1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 185, de 20/08/2008.

Informa que seu Governo considera que o objetivo do Foro Virtual a ser aberto em 27/08/2008 deve ser finalizar o processo de elaboração do texto do Regulamento da Comissão Administradora do Acordo Regional No. 8.

Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2755.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 178, de 11/08/2008.

Encaminha comentários de seu Governo ao documento ALADI/SEC/di 2157 "Medidas de salvaguardas adotadas pelos países-membros".

Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2753.

3. Oitavo curso breve de política comercial para os países-membros da ALADI (ALADI/SEC/ Memorando 199).

PRESIDENTE. Muito obrigado, passamos ao ponto três.

3. Consideração das atas correspondentes às 1014ª e 1015ª sessões

... O terceiro ponto é a consideração das atas correspondentes às 1014ª e 1015ª sessões. Tem a palavra para ver se há observações, correções, não sendo assim, aprovam-se.

Passamos ao ponto 4.

4. Tratamento das ações e projetos de resolução a serem adotados no próximo Conselho de Ministros

... Tem a palavra para o tratamento deste ponto.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Muito obrigado, Presidente, para todos os Delegados e todos os Representantes, saudações do nosso Chanceler e do nosso Presidente. Agradeço brevemente à Presidência e à Secretaria as palavras de boas-vindas. Efetivamente, nosso Governo tomou uma decisão com relação à minha presença como Representante Titular nesta Reunião, o qual evidencia a preocupação e a importância que dá o Governo da Bolívia a este processo que estamos vivendo na ALADI, com vistas à próxima Reunião de Ministros.

Fundamentalmente, também mencionar que estamos neste tema, aproveitando o ponto de tratamento e indo diretamente ao ponto.

Com a preocupação na Bolívia, quanto às resoluções em andamento manifestava ao senhor Presidente e ao senhor Secretário-Geral em uma gentil reunião que tiveram para me receber, que nós temos algumas preocupações a esse respeito que gostaríamos de discutir no âmbito do Comitê de Representantes.

O mais importante é talvez com relação ao conteúdo, particularmente cremos que a ALADI é um espaço muito importante para o caso da Bolívia e creio que para toda a região, para ir fortalecendo a integração, que tem um desenho apropriadamente escalonado e por meio de acordos parciais vai permitindo a consolidação do processo de integração.

É um processo, talvez, um pouco mais moroso que em outros processos de integração que conhecemos no mundo e talvez de uma via muito particular e muito sui generis, mas que garante, sem dúvida, e isso é algo que podemos constatar, que é um processo sólido, porque na medida em que vão estabelecendo acordos parciais em função da construção do grande Acordo, é algo que pode ser considerado como pequenos passos, mas passos sólidos nessa direção.

E nesse sentido a visão do nosso Governo que como os senhores sabem nos submetemos recentemente a um referendo, para ver como estamos fazendo a metade da gestão e o nosso povo nos ratificou com 67.4% da decisão do referendo, com uma população muito mais alta que na eleição anterior, mostra que nossos processos de mudança estão indo na via correta, de acordo com os interesses da nossa população, e em matéria de Relações Internacionais, para os temas comerciais e de integração, previmos e tomamos algumas decisões que refletiram que a decisão do Governo da Bolívia e do povo da Bolívia é integradora, isto é, é avançar para uma integração, como diz nosso Presidente, para a construção da pátria grande, e este é um tema que realmente tomamos com toda a força, vemos que a ALADI é um espaço de integração, que chamaríamos mais assim que um espaço de Livre Comércio, ou seja, não faremos muita questão de Estado sobre o nome mas cremos que vai além do livre comércio, é um espaço de integração muito importante na construção.

Colocamos também muito empenho junto com os países que estão também conosco hoje na construção da UNASUL como uma das ferramentas importantíssimas, portanto, essa é um pouco nossa visão da ALADI e, nesse sentido, preocupa-nos que algumas resoluções que têm sido discutidas e lamentavelmente não pude chegar por motivos de saúde, vão um pouco no sentido contraposto a este movimento de fazer acordos parciais,

temos esse temor, talvez não é, e isso é o que gostaríamos de discutir neste foro precisamente, como conseguir que seja compatível com esta vantagem tão enorme que estabeleceu a ALADI com relação a outros mecanismos de integração e que garante, sem dúvida, êxito no futuro, que é de permitir que haja processos de integração parcial rumo à construção do grande processo de integração, cremos que é necessário continuar nessa forma e procurar que estas resoluções não derivem na obrigatoriedade de que alguns processos sejam forçados por pôr algum título, essa é uma das nossas preocupações.

A segunda preocupação importante é que algumas resoluções, como por exemplo, que colocamos alguma reserva muito importante e a ratificamos aqui, Presidente, para que conste em atas, é que a reserva que pomos sobre a resolução de serviços, porque cremos que em matéria de serviços e em matéria da construção do mercado latino-americano integrado, existem visões diferentes, se a visão que temos como país -como a Bolívia- vai no sentido que efetivamente gostaríamos de contar com um mercado em determinados setores, mas também, por outro lado, nosso processo de mudanças definiu, como setores estratégicos, uma série de setores, particularmente de serviços que são fundamentos essenciais dos processos de mudanças, e que nesse sentido excluímos de vários processos de negociação e de integração de forma temporária para precisamente ter um fortalecimento nesses setores, com a expectativa de poder, também nestes espaços de integração, dar lugar a esta visão e também definimos uma série de setores da nossa nova Constituição que está em processo de aprovação, relacionados com setores de serviços associados a direitos humanos, particularmente temas de água, de saneamento básico, de saúde, etc.

Nesse sentido, consideramos que a matéria de serviços deveria ser enfocada dando lugar a estas visões diferentes, por isso, Presidente, temos e mantemos aí uma ressalva especial; nas demais matérias não teríamos maiores dificuldades em discutir os textos e avançar, mas faria, em matéria de serviços, uma proposta em nome do meu país, muito concreta, cremos que esta resolução de serviços, nossa proposta seria retirá-la do pacote de resoluções, para viabilizar uma aprovação do restante das resoluções, no âmbito do Conselho de Ministros, fazemos esta proposta no sentido de que permitiria abrir um espaço de debate, de construção, de discussão da matéria de serviços para poder incorporar as diferentes visões que temos e que não nos sentiríamos representados por esta resolução, para nós seria o melhor, no sentido de que permitiria que o restante das matérias pudéssemos concertá-las e continuar avançando, essas são nossas propostas, Presidente, e agradeço-lhe a palavra.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação da Bolívia. Tem a palavra, se outra Representação quiser fazer uso da palavra sobre este ponto, passaríamos ao próximo ponto da ordem do dia, de todas maneiras, gostaria de manifestar, como comentário, que informei ao Vice-Ministro e atual Representante Titular da Bolívia que os mecanismos de decisão da ALADI nunca são obrigatórios para aqueles que não aceitam uma determinada visão ou um determinado caminho, que o modo de trabalho geral da ALADI é com uma pluralidade estabelecida no mesmo Tratado e com uma flexibilidade também determinada no mesmo Tratado. Nos primeiros aspectos da preocupação da Bolívia creio que a ALADI pode dar tranquilidade e garantias que a nenhum país é exigido o cumprimento de determinada norma na que não estiver de acordo, um determinado acordo do qual não tenha participado. Dito isto, ofereço novamente a palavra às Representações, alguém quer fazer algum comentário, a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, não sei se sua consideração neste ponto significa que continuaremos tratando o ponto em um próximo Comitê de Representantes ou se, porque tinha alguns pontos que independentemente

desta participação da Bolívia, que recebemos com muito respeito, haveria outros pontos que estavam por definir no tratamento dos projetos, então, pergunto-me se vamos continuar trabalhando em outro Comitê, ou se de alguma forma deveríamos continuar trabalhando no tema porque não está encerrado, com sua licença, manifestarei nossas valorações conforme o que tínhamos visto, o que nossa Representação censou nas reuniões anteriores como os pontos que estavam em discussão com relação aos projetos.

Um dos pontos que vimos que tinha alguma diferença era como, que situação dar à celebração do Conselho de Ministros Extraordinário e a Conferência de Avaliação e Convergência que estava proposta sua realização.

Para minha Representação, visto que devemos cumprir a Resolução 62 (XIV), e aprovar de alguma forma ou aprovar se os avanços obtidos na Reunião de Vice-Ministros, devemos realizar a Reunião do Conselho de Ministros e posteriormente a Reunião da Conferência de Avaliação e Convergência, também porque consideramos que a Conferência de Avaliação e Convergência não deve ser um ato único, mas deve ser um processo de análise, que possam se reunir em várias ocasiões os técnicos e os políticos para definir as ações e enquanto não o virmos como ato único pois então não teríamos o espaço de tempo, pensamos para realizá-lo antes do Conselho de Ministros.

Com relação à Reunião de Vice-Ministros, consideramos que deve ser preservado o alcançado nessa Reunião, e, nesse sentido, consideramos que essa Reunião fez um esforço extraordinário e isso tínhamos visto no anterior Comitê, em função de alcançar consensos, em um grupo de resoluções, para acabar com o impasse da Associação e isso não deve ser perdido no processo, isto significa que não devemos voltar atrás, portanto, Cuba considera que devemos avançar no que houver consenso para avançar, não somente no interno dos temas, mas quanto aos projetos de resoluções, ou seja, avançar com as resoluções nas que houver consenso e nas que possam ser apresentadas sem ressalvas e sem colchetes à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, essa é a nossa posição, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço muito a participação da Representação de Cuba, creio que na última sessão do Comitê ficou claro que era primeiro a Reunião do Conselho de Ministros e a posteriori a Conferência de Avaliação e Convergência, pelo que entendemos que esse tema já foi debatido, já foi concordado e estabelecido desta maneira, sobre se haverá um único capítulo ou vários capítulos, creio que não é o momento de pronunciar-nos hoje, oportunamente o próprio Conselho de Ministros ou a própria Conferência de Avaliação e Convergência decidirá se será em um round ou em sucessivas reuniões, pelo que esses temas estão encerrados.

Quanto a se vamos continuar com o tratamento ou não desses temas, creio que isso é uma decisão do Comitê, não depende nem da Presidência nem da Secretaria-Geral, na medida em que haja Representações que considerem que o debate ainda não foi esgotado, teremos que avançar até que por maioria ou por unanimidade seja decidido que o debate já foi encerrado e o resultado é o que tenhamos nesse momento, hoje ou no momento que acordar o Comitê, e sobre isto também estou disposto a escutar opiniões, a Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente, primeiro dar as boas-vindas ao Vice-Ministro Guzmán, como novo Representante, com relação ao que estávamos falando e tomado suas palavras, Presidente, e da Representação de Cuba também, fazendo uma recapitulação já temos dois projetos de resolução com ressalvas, serviços e o projeto justamente de acesso a mercados, nesse

tema do Embaixador Rodríguez Gigena na sua oportunidade era claro, e também Venezuela expressou uma possível saída.

No tema serviços há dois cenários como solicita a Bolívia ou retira-se o projeto de resolução como foi proposto pelo Embaixador da Venezuela, que eles embora se restam, não pode ser e é permitido também pela ALADI fazer um acordo de alcance parcial nesse tema, ou que o projeto de resolução, falando de outra forma seja assinado em positivo, não tenhamos ressalva se alguns países não estão de acordo em avançar neste tema em seu minuto e isso é parte do cenário possível. O outro tema, claramente, é um Acordo de Alcance Regional, e isso não dá lugar a que seja parcial e essa é a ressalva que antes de chamar os Ministros e nisso concordo totalmente com Cuba, ou seja, já não podemos chamar os Ministros tendo textos com ressalvas ou com colchetes, e esse tema e esse outro projeto de resolução, podemos trabalhar nele, porque aí aparecem dois projetos, o anexo ou os insumos da proposta equatoriana e o texto que tinha chegado ao Conselho de Ministros prévio.

Creio, primeiro, que esse tema deve ser pensado pela nossa Representação, essa resolução ainda deve ser trabalhada, deveríamos ter um único texto, que isso seja anexo, mas que isso seja um único texto, que não sejam duas resoluções, e devemos trabalhar isso para alcançar o consenso de todos, e o outro pôr que fazemos com serviços, ou seja, temos dois cenários, ou o escrevemos em positivo, os países que poderíamos assiná-lo e eventualmente em um futuro próximo, menos próximo, adere ou assina, porque tampouco é uma negociação, é tratar o tema de serviços, e isso é se o vemos assim, seria a posição do Chile, trabalhar para ter um único texto sem ressalvas em acesso e em serviços, a outra parte seria tomar o texto atual e eventualmente, entendendo a posição e a realidade que temos que enfrentar atualmente na região falando em positivo, dizer, tais países ou assinam "X" países este projeto de Resolução, para não termos complicações e entrar em um debate, além de mostrar uma sucessão disgregada ou com diferenças, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. A Delegação do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, gostaria de agradecer os comentários do senhor Vice-Ministro da Bolívia, creio que estamos todos de acordo com as preocupações da Bolívia com relação a serviços e tivemos várias negociações inclusive em nível regional, como por exemplo, a ALCA, em que justamente por ter essas mesmas preocupações é que terminamos não aceitando muitos dos conceitos e muitas das posições apresentadas e foram colocadas sobre a Mesa na área de serviços justamente. O que o projeto de resolução que tivemos trabalhando aqui e chegamos a um momento em que todos o aprovamos com uma ressalva da Venezuela, é verdade, mas o aprovamos, inclusive a Representação da Bolívia aprovou neste momento, sem ressalvas, é uma resolução segundo a qual os Ministros vão pedir a nós, ao Comitê de Representantes, para definir modalidades para um futuro acordo sobre serviços e nessas modalidades creio que as preocupações da Bolívia, que são as mesmas, por exemplo do meu país, do Brasil, creio que estariam melhor recolhidas tendo justamente um acordo em serviços que se não tivéssemos.

O senhor mencionou os setores estratégicos e justamente se amanhã tivermos modalidades que, por exemplo, estabeleçam alguma futura possibilidade de uma oferta em serviços, em listas positivas, isso será um fator adicional de proteção, para setores justamente estratégicos da Bolívia e do Brasil e imagino de outros países também, eu gostaria, apenas, de dizer ao Vice-Ministro que isto foi, por exemplo, um dos pontos básicos que muitos dos países defenderam nas negociações da ALCA e um dos pontos básicos

pelos que a negociação da ALCA não progrediu, porque estava principalmente baseada na proposta de serviços que nós tínhamos, que algum dos muitos países tínhamos estava baseado na lista positiva, ou seja, o senhor oferece em termos de serviços o que o senhor quer oferecer, se o senhor pode, setor A, setor D, setor Z, os outros setores que não estão oferecidos estão fora, então, o projeto de resolução nem sequer chega a este ponto, no projeto de resolução simplesmente consta, vamos tentar definir modalidades, se amanhã não conseguimos definir modalidades aqui no Comitê ou no Conselho de Ministros ou na Conferência, então não definiremos, se essas modalidades não são satisfatórias para todos nós, então se não forem do nosso interesse, simplesmente podemos dizer isso, então, não há acordo, ou como proposto pelo Chile, há um acordo parcial, que como o senhor mencionou, é um processo moroso, é um processo com passos pequenos, mas não deixa de ser um processo, então, a vantagem deste projeto é que podemos definir modalidades que promovam uma cooperação maior em serviços, mas que ao mesmo tempo proteja nossos setores estratégicos, isso vai ajudar visto que simplesmente não temos nenhum acordo, é um comentário, uma consideração sobre a preocupação que digo novamente, essa mesma preocupação que, pelo menos, o Brasil tem junto com a Bolívia e com a Venezuela, Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil, a Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Gostaria, em primeiro lugar, de dar os parabéns pela incorporação do Vice-Ministro Pablo Guzmán. Quero, ainda, manifestar que bem como creio que o fizemos no Comitê quando começamos a discutir todos estes projetos de resolução, quero lembrar que aqui no Comitê imperava um pessimismo quase democratizado, generalizado, inclusive, houve alguns manifestarm que o melhor seria que o Conselho de Ministros fosse somente para eleger o Secretário-Geral, porém, com um esforço também democrático coletivo pudemos abordar a discussão e não apenas abordar a discussão, mas esgotar a discussão, em todos os projetos de resolução e avançar até onde nesse momento foi possível avançar como os colchetes que creio que é um síndrome das negociações de todos os organismos, uma coisa propriedade privada da ALADI, os colchetes são um recurso que existe em todas as negociações mas adicionalmente a isso estavam as ressalvas, lembremos que houve países que tinham colchetes em quase todos os projetos de resolução, outros não tiveram colchetes, por exemplo, no caso da Venezuela, ressalva, mas isso é parte do processo, creio que temos que entendê-lo assim, é um processo e temos hoje alguns resultados, os resultados que temos um conjunto, todos os projetos sem colchetes, não há um projeto com colchete, salvo se a ressalva for colocada como um colchete gigante, mas não temos projetos com colchete, temos dois projetos com ressalvas da Venezuela do nosso país que quero insistir nisto que falamos, essas ressalvas começaram nos Grupos de Trabalho, não foi uma ressalva que colocamos aqui no Comitê de Representantes, isso nos Grupos de Trabalho insistentemente estivemos fazendo as observações que para nós são fundamentais e depois também nas de Alternos, etc, e finalmente nas outras instâncias.

Essas ressalvas referem-se a dois projetos de resolução, quero informar a este Comitê que em relação às Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, há um texto alternativo na parte que a Venezuela especificamente fez ressalvas, inclusive, eliminando a ressalva geral, mas focalizando-a em alguns aspectos, principalmente, na resolução 2, parágrafo 1, e há uma redação alternativa apresentada pela Delegação do Brasil e do Uruguai, que estamos avaliando e valorando, e posso anunciar neste momento ao Comitê que o estamos fazendo em termos positivos, significaria, inclusive, que poderíamos levantar a ressalva do projeto de Diretrizes para a Conferência.

Quanto ao outro prometo, fomos claros e quero fazer constar que nesta matéria, na matéria de serviços, não estamos dispostos a acompanhar, e no momento de tomar a decisão, tomaremos a decisão, mas quero reiterar que não vamos acompanhar esse projeto de serviços e diante disso estamos nos seguintes cenários, também o manifestamos, que se há países que querem avançar, podem inclusive sem o projeto. Não é necessário o projeto para que aqueles países que queiram fazê-lo o façam, mas inclusive nesse cenário que queiram avançar nesse projeto nós manifestaríamos que nos atemos aos princípios estabelecidos no Tratado de Montevidéu, para não acompanhar esse projeto, e como diz o mesmo Tratado de Montevidéu não nos oporíamos a que os que queiram fazê-lo o façam, por isso, seria inclusive o cenário, aprovando este projeto nesses termos, mas isso significa que nossa posição estará clara aqui no Comitê e estará clara no Conselho de Ministros, esse é um segundo cenário.

O primeiro cenário que vou repetir é que, para avançar nesse tema, não é necessário o projeto, o segundo cenário é avançarem aqueles que queiram avançar, aprovando o projeto com a ressalva da Venezuela e o terceiro cenário é retirar o projeto, que é parecido ao primeiro cenário, mas como o projeto está em agenda, seria retirar esse projeto e estaríamos fazendo um Conselho de Ministros com projetos que não tenham ressalvas nem colchetes. Agora isto nos leva, e com isto, quero terminar por enquanto, porque considero que vamos continuar conversando sobre isto, nos leva à questão metodológica que também manifestamos na discussão destes projetos inicialmente.

A questão metodológica é a seguinte, porque se um cenário como retirar o projeto de serviços supõe tudo, inclusive, essa é uma fórmula que poderíamos adotar, a outra fórmula, isto é, não aprovamos nada se não for aprovado o projeto de serviços, essa é outra situação, sempre falamos e reiteramos que nós, segundo as propostas do Tratado, estamos dispostos a avançar em tudo o que possamos avançar e fazendo um esforço que seja em conjunto, mas o conjunto é tudo o que podemos conseguir, o conjunto não é que ao que podemos conseguir agreguemos o que é impossível conseguir por posições que temos alguns países, então, um pouco aquela discussão manifestada do tudo ou nada, por isso, digo que é metodológico, creio que temos que fazer um esforço por alcançar o maior consenso possível em tudo o que possamos e até aí e essa é a posição do nosso país, do nosso Governo, mas não vamos nos opor a que aquelas coisas que não possamos conseguir não consigam outros, quero fazer constar essa posição e quero finalmente dizer que fazemos esforço realmente por alcançar o consenso, assim o fizemos em Regime de Origem, em Solução de Controvérsias, em todos os projetos de resolução e estamos fazendo o esforço também para alcançar o consenso no projeto referente às Diretrizes da Conferência, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Venezuela. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, agradecer a apresentação e dar as boas-vindas ao Vice-Ministro Pablo Guzmán. Tenho certeza de que sua incorporação está mostrando o grau de importância que a República da Bolívia outorga ao tratamento, pelo menos, a este tipo de temas aqui no âmbito da ALADI e que certamente contribuirá para o progresso de forma positiva.

Gostaria de fazer um esclarecimento, no mesmo sentido da Delegação do Brasil, lembrando que o projeto de serviços especificamente, a redação à que finalmente se chegou era uma redação com vistas a buscar o máximo consenso possível. Nesse sentido, estávamos esperando a opinião da Venezuela, foi uma negociação cumprida, uma negociação que começou com mais ambição no terreno dos serviços e que foi baixando

para, precisamente, ver se era possível alcançar o consenso de todas as Representações. Dessa maneira foi que se chegou, como assinalava a Delegação do Brasil, a manifestar que se pretendia conversar sobre as modalidades que iam ser adotadas e não especificamente sobre quais serviços e quais não, e nesse sentido, ia se adiantado a possibilidade de que fosse por listas positivas, a fim de que todos os setores estratégicos que os países quiserem conservar o conservavam, não tinha problemas, mas também se acrescentava que atendendo a terceira resolução, atendendo a posição nacional de alguns países-membros seria possível participar deste processo sobre o tratamento regional do comércio de serviços em uma primeira etapa sob o formato de cooperação como meio para o fortalecimento institucional normativo e setorial desses países-membros.

Quer dizer que nem sequer estava sendo prevista a possibilidade de que os países somente aceitassem condições de cooperação em uma primeira etapa, quer dizer que o espectro de ambição, digamos, o espectro de compromisso é realmente muito, muito leve, diria que em termos setoriais específicos praticamente inexistentes, a obrigatoriedade que era uma das coisas que preocupava à Representação da Bolívia.

De todas formas, creio que o cenário está ficando mais claro neste momento, é claro que temos uma perspectiva de que a resolução sobre Diretrizes eventualmente chegemos a uma boa finalidade, assim como no caso da resolução que incorporaria as observações do Equador a nosso consenso geral, pelo que já teríamos dois dos inconvenientes que tínhamos pendentes com possibilidades de serem solucionados, pelo que isto nos deixa somente com o caso dos serviços, eu gostaria de poder discutir no meu país, digamos, da minha seção nacional esta proposta da Bolívia e a observação da Venezuela que já é definitiva, digamos, para poder, em um futuro, continuar com as negociações ou deliberações neste Comitê de Representantes, que creio que é o mesmo caso de outras Representações, creio que isto está sendo muito delimitado, de maneira positiva, creio, o âmbito do que ainda está pendente, e creio que em futuras reuniões certamente vamos chegar a uma solução deste tema, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do Uruguai. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Muito obrigado pelas palavras de boas-vindas às Representações que participaram e muito obrigado ao Brasil também pela sua participação, é muito esclarecedora da posição e essa é a nossa proposta em matéria de serviços, em matéria geral inicialmente dizer-lhes que estamos obviamente de acordo com avançar, de forma positiva, cremos que é pertinente, o que devemos fazer e o que manda a necessidade da integração e, nesse sentido, cremos que a visão de limitar de maneira positiva, como manifestava a Representação do Uruguai, creio que é o caminho, cremos que esse é o caminho, ir limitando os temas que são de preocupação e nós, sem dúvida, que teremos a mesma atitude que acaba de mencionar o Representante do Uruguai de fazer a análise interna na Bolívia do manifestado pelos países, particularmente o Brasil, a Venezuela, o Uruguai e Cuba, a fim de poder, também, participar desta limitação, isto é, vamos fazer a delimitação necessária.

Enquanto isso, mencionar que particularmente nossas observações, nossa ressalva em geral, vai no sentido que de alguma forma cremos que deve ser refletida uma visão diferente, que é um pouco a visão que temos na Bolívia atualmente quanto a várias matérias, e gostaríamos de que essa visão fosse parte da resolução, esse mandato de analisar também essa visão, de analisar essa possibilidade de que tenha presença também essa visão e não seja uma questão na qual a Bolívia não possa sentir-se, digamos, cômoda, porque não está presente sua visão, que possa ser na resolução que dá as

Diretrizes para a Conferência incorporar esta idéia, de dar essa amplitude, essa flexibilidade para que a Conferência possa considerá-lo nos temas do mandato e em matéria tanto da resolução da parte de acesso a mercados, consideramos que aí também nós temos e poderíamos fazer o esforço de delimitação que faz a Venezuela para delimitar precisamente as partes nas quais sentimos que seria necessário colocar algo mais de trabalho para dar uma margem de flexibilidade maior, cremos, nesse sentido, que particularmente alguma preocupação temos em matéria dos prazos, as datas como uma das ferramentas e isto é porque nós precisamente nossas negociações, estamos procurando apresentar esquemas alternativos ao automático e por que isso? Gostaria de explicar-lhes para que tentemos entender a posição da Bolívia.

Na Bolívia temos a necessidade de promover o desenvolvimento industrial, com muito respeito pela natureza, o equilíbrio homem-natureza, na nova visão, mas necessitamos gerar desenvolvimento na Bolívia, desenvolvimento que lamentavelmente não tivemos como gostaríamos, é um desenvolvimento muito incipiente e para fazê-lo obviamente temos que trabalhar, é uma responsabilidade, ao nosso entender, o Estado deve promover, como motor do desenvolvimento, esta função, e esse sentido vemos eventualmente os diferentes níveis de desenvolvimento alcançado por outros países para os quais já há uma necessidade de estabelecer outro tipo de tratamento às suas relações comerciais.

No caso da Bolívia, necessitamos ter a possibilidade de ir avançando na medida em que vamos vendo-o como necessário, portanto, nas nossas negociações procuramos não estabelecer mecanismos automáticos, isto é, que estejam relacionados a uma série de tempo, e isto, por várias razões, porque foi feito assim no passado à espera que durante esse período houvesse desenvolvimento que fizesse com que a Bolívia superasse essas assimetrias tão grandes do resto da região e do resto do mundo, mas isso não aconteceu mas o inevitável tempo fez com que a liberalização acontecesse, então, não houve essa sincronia que se supunha que devia existir entre desenvolvimento e liberalização.

Portanto, uma forma de garantirmos que essa sincronia possa acontecer sem dúvida é investigar as causas de por que não aconteceu o desenvolvimento, em fim, mas é também estabelecer um vínculo entre ambas as coisas, isto é, gostaríamos de que na medida em que vamos promovendo esse desenvolvimento também vamos tomando as decisões de abertura necessárias, e menciono isso para a matéria de acesso mas também é válido certamente para a matéria de serviços, isto é, nós, quando se fala de um conceito de liberalização de serviços como previsto no mandato da resolução, é uma das partes centrais pelas quais nós temos nossa ressalva nessa resolução, visto que consideramos que a concepção clássica de pensar em que em um tempo determinado vai acontecer essa liberalização e que durante esse tempo os países que estamos atrasados, ou que necessitamos superar as assimetrias vamos fazê-lo, nossa experiência nos ensina que isso não é assim, que isso não tem funcionado.

Portanto, não somente se trata de uma modalidade positiva mas de uma visão diferente, de não associar um processo automático que garante ao resto dos países, não a nós, que vão ter um acesso mas que não nos garante que vamos procurar um desenvolvimento nesses setores que necessitamos fazê-los.

Isto além da visão que temos específica em matéria de serviços associados a direitos humanos que consideramos que não devem ser matéria de exploração comercial e a visão que temos quanto aos serviços de caráter estratégico que devem ser obviamente manejados pelo Estado principalmente nesse sentido, em sentido estratégico.

No resto dos serviços nos preocupa que um processo de liberalização automática nos leve a uma abertura em matéria de serviços sem ter conseguido os objetivos de desenvolvimento nesses setores de serviços que nacionalmente gostaríamos de alcançar, essa é um pouco uma das razões centrais que faz com que nossa visão, certamente, diferente, digamos, da prevista na resolução e, por isso, quando escutamos as palavras do Brasil no sentido de fazer uma construção, que um mandado simplesmente permita nesse entorno discutir esses temas é muito apropriado, cremos, porém, que a atual resolução não o reflete dessa forma, dizer já tem uma inclinação sobre uma das visões é algo que sem dúvida podemos debater, podemos discutir e sem dúvida podemos alcançar um consenso, estamos convencidos disso, interessa-nos a busca da construção de consenso, mas também não é menos certo que não é necessária tampouco esta resolução de serviços para que os países que queiram fazer possam avançar, ao qual não nos opomos, mas fixá-la assim como está, como uma resolução aprovada por todos, significa que estamos encaminhados para lá é algo que a Bolívia precisamente aí é onde mantém sua ressalva, pelo qual como vem, poderíamos tranquilamente aprovar as outras resoluções e esta resolução, esta matéria de serviços poderia avançar entre os países em formato de acordos parciais, é algo que esta expressamente permitido no âmbito da ALADI e que, sem dúvida, consentiríamos e estaríamos de acordo, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Bolívia. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, quero aderir às expressões de boas-vindas para o Vice-Ministro Pablo Guzmán, da República da Bolívia e parabenizar, particularmente, sua incorporação a este Comitê mediante uma participação ativa, por meio de suas claras exposições que nos permitem ter um melhor entendimento de qual a visão com relação aos trabalhos nos que estamos empenhados. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, simplesmente sem querer introduzir entropia aqui na reunião, é um pouco que acordemos sobre o projeto de Diretrizes, com base no projeto de resolução que estava na mesa e como fazer com os insumos ou o papel que apresentou a Representação do Equador, então, para vermos quando podemos fazê-lo, por isso, falava que não quero introduzir elementos entrópicos aqui, porque não é para discuti-lo neste momento mas para que reflitamos quando podemos fazer, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. A Representação do Equador tem a palavra. Desculpe, Brasil tinha a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, creio sempre, senhor Vice-Ministro, que o importante é que possamos ter decisão, uma resolução que seja toda nossa, de todos nós. Para que serve ter uma resolução que seja de interesse de dez, de onze ou de nove e que não seja de interesse? Como o senhor disse, isso não é integração, é continuar com os acordos de alcance parcial que é algo meritório, mas é mais moroso e não vai à integração.

A preocupação do senhor, por exemplo, com a questão da política econômica, da necessidade da industrialização na Bolívia, não seria aceitável agregar um artigo no projeto de resolução sobre serviços que pudesse dizer algo, e vou ditar aqui: "a liberalização do comércio de serviços deverá levar em conta a necessidade de ritmos diferenciados que

respeitem as diferentes opções de política econômica dos países-membros”, ou seja, com isso garante-se que vamos tentar definir modalidades para o comércio de serviços para uma maior aproximação.

Quando se fala de serviços, devemos pensar serviços em turismo, por exemplo, que nos interessa a todos, creio que há setores de serviços que são importantes para todos nós e que são estratégicos, sem que haja riscos de prejuízo ou de ingerência ou algo de interferência externa, há muitos setores de serviços que são de interesse nosso e quanto mais tenhamos um comércio mais liberalizado entre nós, melhor para todos.

O projeto de resolução, digo novamente, é uma tentativa, para que tentemos definir modalidades para a liberalização do comércio de serviços, e depois seria dito que esta liberalização levará em conta a necessidade de ritmos diferenciados que respeitam as diferentes opções de política econômica dos países-membros, creio que com isso, é uma sugestão como forma de ver se a Bolívia pode aceitar, começaremos a trabalhar sobre esta coisa, a questão é dar o primeiro passo e depois vemos se é possível definir modalidades, se não for possível, se não houver acordo com isso, não teremos nada sobre serviços, em termos de integração regional, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação do Brasil. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Ivonne Flores Espinoza). Simplesmente para aderir ao consenso e dar-lhe a boas-vindas ao Vice-Ministro das Relações Exteriores da Bolívia.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Luiselli). Muito obrigado. Para dar as boas-vindas ao colega Pablo Guzmán, esperemos trabalhar criativamente, muito intensamente juntos, como temos feito também com nosso prezado e querido colega Marcelo Janko.

Quero dizer que foram muito interessantes as observações que o senhor fazia sobre a filosofia dos serviços, creio que há muito a ser discutido e aprender, creio que esse tema de vincular determinados serviços a direitos humanos fundamentais como água abundante e suficiente para todas as populações é um conceito que no México também é muito sensível e muito sentido, isso para mim simplifica a riqueza desta discussão, por isso, dou-lhe as boas-vindas, colega querido, Vice-Ministro e creio que é o espírito nosso, estar construindo consensos sem que isso seja o mito de Sísifo, mas sabemos que é uma coisa árdua relativamente lenta, mas vai nos levar algum dia a bom porto e a porto seguro, considero muito positiva a atitude de entender que nas diferenças ou nos ritmos diferenciados é possível, porém, avançar e agora não quero entrar em uma discussão de substância, vamos tê-la, simplesmente sobretudo quero dar as boas-vindas e despedir o nosso colega Marcelo Janko porque, de alguma maneira, vamos continuar com ele, aprendendo e caminhando juntos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier) Muito obrigado a todos os países pelas palavras de boas-vindas, efetivamente para lançar algumas idéias que certamente vão nos levar à construção do consenso, disso tenho certeza e agradecer o esforço do Brasil dessa busca propositiva, que creio devemos fazer isso.

Eu acrescentaria isto, uma reflexão adicional, quando eu dizia que quando falamos do conceito de liberalização do comércio de serviços, ao nosso ver, estamos já implicando uma visão, uma visão que implica a visão de que cedo ou tarde todos os serviços vão ser liberalizados, é uma visão sem ofender obviamente, mas ao nosso ver, a vemos como uma visão liberal, isto é, a visão que estamos propondo, uma alternativa a esta visão e a alternativa que propomos e que digamos à falta de um nome mais preciso, atualmente falaria da construção de um mercado integrado de serviços, que não necessariamente implica o conceito de liberalização de serviços na usança de que isto vai levar necessariamente à integração, talvez falar deste processo de construção de um mercado integrado de serviços pode ajudar a que durante essa construção possamos ir resolvendo essas diferenças e alguns o farão mediante a liberalização efetivamente dos serviços e outros o faremos, como estamos fazendo no âmbito da ALBA, por exemplo, por meio das construções estatais conjuntas entre países, empresas transnacionais, que em muitos sentidos são de serviços, por exemplo, temos empresas elétricas, temos empresas energéticas, mas com outra visão, digamos, mas é parte de uma integração, finalmente, estamos propondo entre três, quatro países construir algo comum em matéria de determinados serviços muito estratégicos e talvez por essas mesmas razões dar-lhes esse enfoque, digamos, de uma construção e obviamente não queremos impor aos demais países esta visão de transitar necessariamente por esse campo, bem como tampouco gostaríamos de ter somente que escolher entre fazê-lo pela liberalização ou não fazê-lo.

Portanto, no âmbito desta amplitude talvez um conceito como a construção deste mercado integrado de serviços latino-americano, que inclusive está presente para a parte de bens nos documentos fundamentais, como a construção do mercado latino-americano, como o grande objetivo, então, reflete também este aspecto e, então, daria uma abertura e se a isso acrescentamos a idéia, que considero muito boa, da proposta do Brasil, que se refere a levar em conta as diferentes opções de política dos países-membros que nós manifestaríamos como levar em conta estas opções ou estas visões diferentes que tem cada país-membro, mas não poríamos a palavra necessariamente pôr a necessidade de ritmos diferenciados, porque então, já temos o ritmo, é tempo para os que fazemos música, então, já é tempo e vem o tempo e o tempo será inexorável, passará e haverá um ritmo para cada um, que pudéssemos ser tão flexíveis como falar de diferentes visões, haverá aqueles que criam e transitam pelo caminho de dizer, liberamos serviços a um ritmo "X" e outros a outro ritmo, alguns chegarão primeiro, outros depois, mas não é essa a visão nossa, precisamente nossa visão é que não deveria haver, digamos essa condicionalidade entre liberação e a um tempo determinado com um prazo, com uma data limite, na qual tudo entra em liberação, mas a construção deste mercado integrado de serviços, entre todos os países, alguns o farão dessa forma, mas outros o faremos de outra forma, seguindo outra rota, então, tenho a idéia de manifestar estas idéias porque eventualmente poderíamos falar da construção do mercado integrado de serviços, deverá levar em conta as diferentes opções de política dos países-membros, ou as diferentes visões, e isso é um pouco mais abrangente, e aí poderíamos nos sentir um pouco mais cômodos porque saberíamos que teríamos um lugar para a nossa visão, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Pedi à Delegação do Brasil um impasse, porque creio que hoje não é o dia para que, com franqueza, negociemos o texto desta resolução, porque creio que necessita um espaço de trabalho inclusive de consultas, aqui foram apresentadas diferentes alternativas de retirar a resolução de serviços até a de tratá-la com as duas ressalvas que sejam correspondentes, até buscar diferentes alternativas de redação, creio que hoje não é o momento para esgotar o tema, creio que devemos dar lugar para que as diferentes Representações façam as consultas domésticas correspondentes e que seja motivo de tratamento em uma próxima sessão de Comitê.

Por isso, solicitei à Delegação do Brasil não avançar neste tema hoje, já estão claras as posições, já estão claras algumas orientações possíveis e todos necessitamos um espaço de reflexão para continuar avançando no tema, concretamente gostaria de propor que a próxima sessão do Comitê que é próxima quarta-feira 3, à hora habitual, 9h45m, a pesar das demoras que possamos às vezes ter, concentremo-nos em tratar os dois ou três pontos pendentes vinculados com a convocação do Conselho de Ministros, que são o tema apresentado pela Venezuela sobre o tema Diretrizes e Insumos que é apresentado pelo Equador, o tema vinculado com uma decisão que o Comitê deve adotar sobre os diferentes cenários que hoje foram desenhados, com vinculação ao projeto de resolução sobre serviços e creio e estou anunciando que deveríamos começar a trabalhar já com datas, se pretendemos que o Conselho de Ministros se reúna neste ano, porque estamos em setembro, de fato, setembro já todos tínhamos acordado que setembro e outubro são os meses de Nações Unidas e esse tipo de coisas, de tal maneira que para pensar na Reunião do Conselho de Ministros deveríamos pensar desde o final de outubro até o final de novembro, então, vamos ter que estabelecer um par de datas provisórias para consultar às capitais.

Então, se não houver oposição a esta sugestão, eu proporia deixar o tratamento destes dois temas pendentes, plus iniciar a consideração do tema datas para a próxima sessão do Comitê. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, na sua orientação de que comecemos a rever quando poderia ser uma convocação, porque aqui pensando rápido, está o evento das Nações Unidas, depois está a UNASUL e depois está a Cúpula Ibero-Americana.

PRESIDENTE. E MERCOSUL.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). E MERCOSUL depois, em dezembro, isto é, temos em setembro, outubro, novembro e dezembro eventos diferentes e quero dizer, ainda, o caso nosso particular que não tem que ser vinculador mas temos eleições Regionais e Municipais em 23 de novembro, então, nessa data não poderia ser porque nenhum funcionário nosso de alta hierarquia poderia estar viajando, então, vejamos quando pode ser a data, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, antes de ceder a palavra à Delegação do Brasil, gostaria de pedir à Secretaria-Geral que para a próxima reunião tenhamos um calendário já de todas estas reuniões indicadas, para que quando fixemos uma data provisória já saber quais os espaços que temos, peço desculpas, a Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, não vou dizer o que ia dizer há dez minutos. Aproveitando somente a presença do Vice-Ministro, gostaria de pedir um esclarecimento, podemos entender que as ressalvas que a Bolívia tinha colocado durante a Reunião de Vice-Ministros, estão levantadas sobre os projetos de Resolução exceto o projeto de serviços. Podemos entender assim, então? Porque se vamos, senhor Vice-Ministro, começar a trabalhar na semana próxima e pensar em datas para o Conselho, seria bom que isso ficasse claro, obrigado.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, somente esclarecer rapidamente, efetivamente estamos dispostos a avançar sobre o caminho proposto pelo Uruguai, de delimitar as diferenças a coisas específicas e, dessa forma,

levantar uma ressalva geral sobre todos os temas. Nossa proposta continua, cremos que o melhor caminho é não ter uma resolução de serviços, porque isso viabiliza que os países possam fazer seus acordos parciais em matéria de serviços, mas se no caso de que se desejasse ter uma resolução de serviços, nossa posição vai no sentido que manifestei, ou seja, se não aderirmos ao tema da liberalização do comércio de serviços, mas a uma construção de um mercado integrado de serviços que não tenha essa característica da fatalidade do tempo que tem o processo de liberalização, que é outra visão, que deixemos aberto para que os países possamos construir esta opção e os que queiram ir por aqui e os que queiram ir por outro lado também.

Também temos, mencionei, alguma necessidade de que a resolução das Diretrizes possa também manifestar algo mais sobre nossa preocupação de poder encomendar à Conferência que sejam debatidos esses temas, também com esta visão e também algumas observações que certamente na próxima reunião também poderemos manifestar sobre algumas resoluções, mas que são temas que podem não ser obviamente barreiras nas outras resoluções, portanto, essa é um pouco nossa visão para responder ao Brasil.

PRESIDENTE. Como Presidente, tenho a difícil tarefa de tentar ordenar isto, para mim não está claro como vão continuar estas reuniões no seguinte sentido, estou pedindo que se manifeste o Comitê, que seja esclarecido o tema, considero que há um conjunto de resoluções negociadas, acordadas e com algumas ressalvas específicas no caso da Venezuela sobre o tema de Serviços e sobre o tema de Diretrizes.

Paralelamente a isso, nesse momento a Representação da Bolívia apresentou uma ressalva de caráter geral, excetuando creio que uma ou duas resoluções pela simples razão de que não estava a pessoa que tinha a possibilidade de manifestar-se sobre os temas.

Hoje recebemos o Vice-Ministro como tal e como Representante Titular e, portanto, apresenta, gostaria de saber se entendemos bem, dois temas, um relacionado com o tema Serviços onde sua melhor proposta do seu ponto de vista seria que simplesmente fosse retirado esse projeto de resolução, e outra sobre o tema de Diretrizes, onde já o tema estava muito delimitado ao projeto de resolução que tinha sido considerado e aprovado, ao qual eram acrescentados os insumos que também tinham sido apresentados pela Representação do Equador. Mas não abrir este tema novamente para a discussão, porque se abrimos este tema para a discussão, digamos que não seja a delimitação que tem considero que estamos correndo novos riscos, de dificultar o alcance de um entendimento, gostaria de saber se esta síntese feita pelo Vice-Ministro descrever com precisão a posição da Bolívia em primeiro lugar.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, desculpe pelo diálogo aos Delegados, não exatamente, isto é, temos uma ressalva geral sobre todas as decisões, não porque não estivesse a autoridade competente, mas porque estamos fazendo uma observação geral às resoluções que manifestei já na primeira parte da minha intervenção.

Cremos que muitas resoluções, muitas partes das resoluções levam a uma rota, na qual abandonamos ou tenta-se abandonar essa possibilidade de fazer acordos parciais, que devemos levar em conta este aspecto para precisamente evitar, como o senhor disse, não é provavelmente hoje o dia que vamos terminar de debater os textos como deveriam ficar mas nós temos sugestões a fazer precisamente para superar esses aspectos, estive falando de forma positiva, sobretudo na parte de Diretrizes gostaríamos de que também no projeto de Diretrizes da Conferência fosse incluída esta visão da Bolívia no âmbito dos princípios da flexibilidade, falamos sobre a parte de acessos, que gostaríamos de que não

necessariamente sejam mencionados de forma tão taxativa prazos ou a geração de prazos específicos, falamos que na resolução de serviços seria ótimo que os países pudessem avançar de forma parcial nisto, sem necessidade de ter esta resolução, mas se fosse desejado ter, gostaríamos de um enfoque mais abrangente que nos abrangesse também na nossa visão, que mencionei ainda poderia ir e que eventualmente as resoluções fiquem no sentido que não necessariamente padroniza-se por dizê-lo de alguma forma, mas é permitido ainda este espaço de construção de acordos parciais, isto é, que seja respeitado este princípio da parcialidade.

Creemos que em geral não estamos muito longe de alcançar um consenso neste sentido, Presidente, eu não coincidiria em que se o senhor já está considerando coisas como feitas, quando poderíamos abrir precisamente a discussão em alguns temas, não vejo tanto perigo em abrir a discussão, discutir, debater é bom para acordar e isso é o que nos leva ao consenso, não necessariamente daria por entendido que já está encerrada a discussão de determinados aspectos, creio que este exercício que estamos fazendo aqui é o que demonstra que é possível construir e estamos com toda a disposição de fazê-lo e de trabalhar tudo o necessário possível, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação da Bolívia. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, senhor Presidente, senhor Vice-Ministro, estamos trabalhando, discutindo sobre esses projetos de resolução há um ano e meio, dois anos, com a participação ativa e muito positiva inclusive da Bolívia que aprovou todos esses projetos.

As ressalvas colocadas pela Bolívia foram colocadas agora na Reunião de Vice-Ministros, há um mês, um mês e meio, então, até aí a Bolívia tinha aprovado todos os projetos de resolução inclusive o de serviços. Estamos aqui já pensando em fixar uma data para a Reunião do Conselho.

Temos uma manifestação positiva da Venezuela que mantinha uma ressalva sobre a resolução de Diretrizes, mas mantém sua ressalva sobre a resolução de Serviços, creio que o senhor apresentou preocupações agora, novas, porque não existiam essas preocupações até a Reunião de Vice-Ministros para a resolução de Serviços.

Voltar atrás e não creio -também um comentário somente- o senhor disse algumas vezes que seriam prejudicados os acordos de alcance parcial e não creio que se estamos tentando fazer uma espécie de convergência, na região, para um movimento de integração, para uma integração entre nós, creio que temos que nos integrar, isso é uma prioridade, como o senhor disse, para seu Governo, não estamos prejudicando os acordos de alcance parcial, de nenhuma forma, creio contrariamente que estamos aprofundando os acordos para uma integração, creio que é o objetivo de todos nós.

Peço ao senhor Vice-Ministro, vamos manter a ressalva, que também tem dificuldade a Venezuela, sobre o projeto de resolução sobre Serviços, o senhor apresentou algumas sugestões, algumas preocupações sobre o projeto, por exemplo, a questão dos ritmos diferenciados, também posso perfeitamente viver sem esta expressão, mantendo a expressão das políticas nacionais, creio que é importante que mantenhamos.

O senhor falou de mercado integrado de serviços, também é um conceito importante que não vejo como é possível ter um mercado integrado sem liberalização de serviços, é necessária a liberalização entre nós para que possamos ter um mercado integrado, mas

podemos ver depois, na próxima reunião, uma maneira de tentar incorporar, Brasil estaria de acordo, incorporar este conceito no projeto de resolução sobre serviços.

Eu proporia, senhor Presidente, que definissémos aqui dois pontos pendentes ainda no espírito construtivo, que também a Bolívia disse que teria aqui, deixássemos dois pontos a serem resolvidos para a Reunião do Conselho, a ressalva sobre Serviços que mantém ainda a Venezuela e que mantém ainda a Bolívia e a questão, como mencionada pelo senhor, a questão dos ajustes que teríamos que fazer no projeto apresentado pelo Equador, sobre a Dimensão Social dos insumos.

Se deixamos esses dois pontos pendentes, senhor Vice-Ministro, creio que se podemos trabalhar de forma positiva para o Conselho e poderemos ter a Reunião de um Conselho positivo, um Conselho construtivo e por todos esses projetos de Resolução não definem nada, zero, simplesmente pedem para começar a trabalhar em cada uma das áreas, em Origem, em Acesso a Mercados, em Diretrizes, em Serviços, aí nada é definido, somente nos diz, por favor comecem a trabalhar nesses setores, vamos tentar trabalhar, vamos nos dar uma segunda oportunidade e tentar trabalhar nesse sentido, vamos deixar minha proposta, senhor Presidente, tenhamos bem claro isso, que temos dois problemas pendentes ainda, os ajustes sobre o projeto do Equador, a proposta do Equador de Insumos, são ajustes, estamos de acordo, creio com os seis pontos que apresentou o Equador, seria necessário somente fazer pequenos ajustes e a ressalva da Bolívia e da Venezuela sobre o projeto de Serviços, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, quero referir-me às sábias palavras do Embaixador do Uruguai, delimitar as diferenças, aqui considero importante em função da metodologia de trabalho que o senhor propôs, Presidente, que tomemos o tempo até a próxima sessão do Comitê do dia 3 da semana próxima para analisar a situação, para fazer as consultas que tenhamos que fazer com nossa autoridades e poder nessa reunião do dia 3 entrar em matéria e, se Deus quiser, avançar nos consensos dos projetos.

Para isto, é importante que tenhamos claro quais essas diferenças e que sejam o mais delimitadas possíveis, até agora tínhamos o mesmo entendimento que acaba de expressar o Embaixador do Brasil quanto à questão da resolução sobre Serviços e quanto ao projeto de Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, esse entendimento ficou um pouco confuso na última participação do Representante da Bolívia, o qual considero importante que esclareçamos qual a situação e façamos um esforço para que efetivamente as áreas de diferenças sejam reduzidas no máximo para que possamos trabalhar nelas positivamente.

Quanto à questão de uma eventual contradição ou ação negativa dos âmbitos regional e parcial, quero assinalar, como exemplo, o caso de serviços justamente onde vários dos acordos parciais que hoje têm alguns dos membros desta Associação, contemplam compromissos em matéria de serviços e isto não contradiz que façamos um esforço comum, um esforço do conjunto dos membros de ver se é possível avançar nessa matéria, se não é possível evidentemente os âmbitos parciais continuarão existindo e poderão ser aprofundados, segundo a vontade das partes que o compõem, mas estamos aqui trabalhando em um enfoque integrador regional e estamos empenhados em chegar aonde possamos, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, para nós até onde alcançamos a entender, desde a Reunião de Vice-Ministros tinha duas situações ou duas ressalvas, estava a ressalva da Venezuela a dois dos projetos ou a uma parte de um projeto e a outro em geral e a ressalva geral que tinha colocado a Representação da Bolívia, que agora nos explica que é uma ressalva de fundo e não de forma, e essa ressalva, essa observação de fundo que esta fazendo a Bolívia, agora ao levantar essa ressalva geral a todo o conjunto de projetos, de acordo com as participações do Vice-Ministro, para nós ficam reduzidas a dois projetos de resolução, ao de Serviços e ao das Diretrizes da Conferência de Avaliação e Convergência na sua totalidade, incluindo o acesso a mercados, que está nessas Diretrizes da Conferência de Avaliação e Convergência.

Por isso, consideramos que no final estamos no mesmo ponto, porque o Comitê de Representantes, de todas formas, tem que definir que vai fazer com Serviços e que vai fazer com essas Diretrizes da Conferência de Avaliação e Convergência e se alcança-se ou não consenso de levar essas, tal e como estão, ou uni-las como proposto pelo Chile, ou seja, ainda é necessário trabalhar, as duas propostas de Conferência de Avaliação e Convergência e a proposta de Serviços visto que estão reservadas por dois países, ou seja, para nós esse continua sendo o âmbito de trabalho do Comitê e não o resto dos Projetos ao que até agora não vi pronunciar-se a Representação da Bolívia em relação com observações ao resto dos projetos mas a esses dois âmbitos, é o que entendemos até o momento e pensamos que o Comitê de todas formas, deve trabalhar, isso era o trabalho que estava pendente, de definir estas ressalvas e definir esses textos, ver como vamos trabalhar neles, obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, efetivamente como expressa Cuba, creio que é exatamente a caracterização do que está acontecendo, teríamos ressalvas em duas decisões específicas, que é a de Diretrizes que inclui o tema de Acesso e na de Serviços, então, aqui houve um pequeno debate, discutimos algumas idéias e creio que é parte do trabalho que temos que enfrentar para o futuro.

PRESIDENTE. Muito obrigado, então, fica claro que a discussão das outras Resoluções está encerrada, concluído o tema, que eu tinha entendido que tinha alguma confusão aí, e fica claro que o que está em discussão são as duas ressalvas sobre o tema Serviços apresentadas pela Venezuela e pela Bolívia e que o Comitê deve adotar uma decisão, sobre como continua este tema, e o tema vinculado com as Diretrizes onde se trabalha, tanto sobre o projeto de resolução como sobre o documento oportunamente apresentado pelo Equador para unificar isso, incluindo a parte de Acesso a Mercados segundo acordado.

Dos demais temas já foi encerrada a discussão e fica tudo concluído, pelo que proponho que estes dois temas sejam motivo de consideração na próxima quarta-feira, se alguma Representação tem alguma idéia que permita aproximar posições ou o que for, seria muito útil que remitisse com antecipação qualquer texto para que não estejamos na quarta-feira trabalhando em textos recém conhecidos, estamos tentando facilitar as consultas que cada um de nós tem que fazer a seus respectivos Governos, e dito isto, damos por encerrado o ponto quatro da Ordem da Dia e ainda está o ponto quinto para ser tratado.

5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre: Sistemas de Informação e Estatísticas e Normas e Disciplinas

... para esses fins, tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, nosso grupo de trabalho reuniu-se em 31 de julho, com dois objetivos essenciais, o primeiro avaliar ou revisar as recomendações da XI RECOMEX, a Reunião dos Escritórios Governamentais responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística e outros assuntos.

Durante a reunião e levando em conta que esta reunião teve a peculiaridade, a particularidade de ter sido realizada no México, não na Sede da Associação, a Secretaria elaborou um relatório detalhado sobre todas as providências, de preparação, organização e realização desta reunião, no México, na Sede, o Instituto Nacional e Estatística, Geografia e Informática, INEGI, e a que foi avaliada por todas as Representações ali presentes como altamente satisfatórias.

Nessa reunião realizou-se uma videoconferência na cerimônia de abertura, da qual participaram o Secretário-Geral, Hugo Saguier-Caballero, o Presidente do INEGI, o Doutor Gilberto Calvillo e eles, por meio dessa videoconferência, tiveram um frutífero diálogo sobre a importância da compilação da informação estatística.

Depois disso na nossa reunião do Grupo de Trabalho, informou-se sobre a evolução e o aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação do Comércio Exterior, o SICOEX, da ALADI e seus avanços bem como a atualização do manual de instruções para o fornecimento de Informação Estatística de Comércio Exterior dos países-membros à Secretaria-Geral.

Também, sobre o estudo do aproveitamento da Secretaria-Geral da informação fornecida pelos escritórios governamentais e os avanços do plano de assistência técnica em favor dos escritórios governamentais e a distribuição aos participantes da XI RECOMEX da versão definida do módulo de captura da informação.

Destacou-se, ainda, a possibilidade de que a Secretaria da ALADI e o INEGI assinassem oportunamente um memorando de entendimento. Houve na reunião, também se destacou a ampla participação dos funcionários de diferentes setores do INEGI da Secretaria de Economia do México, da "Secretaria de Comunicaciones de Pro México", todas tiveram muita participação na reunião.

Também a Delegação do Brasil ratificou durante a reunião do Grupo de Trabalho a proposta que tinha feito na reunião da RECOMEX, referente à sua disposição de hospedar a XII RECOMEX ou seja a próxima Reunião dos Escritórios Governamentais, prevista para realizar-se em 2009, não obstante, logicamente será uma decisão que tomará o Comitê de Representantes previamente será analisada no Grupo de Trabalho e assim o vimos.

Também o Grupo de Trabalho solicitou à Secretaria a elaboração de termos de referência, referidos às propostas para a análise de futuras reuniões, especialmente a relação de proposta da criação de um foro virtual sobre estatística, que foi uma das recomendações desta Reunião.

Em assuntos diversos, nós no grupo fizemos referência à apresentação do dia 15, ou seja, tinha se feito anteriormente no dia 15 de julho, a todas as Representações, sobre o mecanismo de consultas seguras das assinaturas autógrafas para a certificação de origem, esta ação está neste momento em análise ou em avaliação das Capitais, dos diferentes

atores e depois se analisará em cada um dos grupos de trabalho correspondentes que possam analisar o tema para definir se permanecem as atuais vias nas que estão sendo informadas sobre as autoridades autorizadas, para certificar a origem. Obrigada, Presidente.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). O Presidente saiu um momento. Algum comentário das outras Representações? Do relatório? O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, minha Delegação escutou com muito interesse a apresentação, queremos agradecer à Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Informação e Estatísticas e tomo a palavra só para assinalar a importância que a nossa Delegação outorga a este trabalho e ao tema de produção de estatística e informação, nesta Associação e consideramos que a reunião da RECOMEX deu passos importantes no sentido de avançar para corrigir determinadas deficiências detectadas, que são conhecidas por todos e então, consideramos positivo que isto ficou registrado no relatório da RECOMEX e como foi mencionado pela Coordenadora em seu relatório também em particular, nós assinalaríamos duas das recomendações contidas no relatório da RECOMEX que consideramos particularmente importantes.

A terceira recomendação por meio da qual se solicita à Secretaria-Geral da ALADI o aprofundamento da coordenação entre as unidades de Comércio Exterior dos países-membros para aperfeiçoar as estatísticas de comércio negociado.

Creemos que a informação sobre comércio negociado é talvez uma das contribuições mais adequadas e de maior valor agregado que possa dar a ALADI e a Secretaria-Geral da ALADI, em particular para o trabalho de integração dos Estados membros e é inegável que existe deficiência, neste momento, neste campo e consideramos muito importante trabalhar para corrigir essas deficiências e a recomendação mencionada vai nesta direção.

Além disso, consideramos também importante a quinta recomendação no sentido de que é como uma advertência de que se evite no futuro, que se evitem os problemas gerados na última oportunidade, atraso na atualização da nomenclatura da Associação em relação com a adoção de novas emendas ao Sistema Harmonizado, então, para que estejamos preparados, para que na próxima vez, quando tenhamos a próxima atualização do Sistema Harmonizado que a Associação possa reagir de forma mais rápida e sem gerar atrasos.

No final, gostaria de deixar registrado também reconhecimento da minha Delegação pelo papel do México nisto quando recebeu a Reunião da RECOMEX e forneceu condições excelentes para o bom trabalho, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil, não havendo nenhuma outra Representação que queira fazer uso da palavra sobre este ponto, passamos a palavra ao Coordenador de Normas e Disciplinas, a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Muito obrigado, Presidente, somente para informar sobre os quatro pontos que tratamos na última Reunião do Grupo, cuja reunião foi realizada em 12 de agosto.

O primeiro tema foi o Projeto de Notificação sobre medidas de Salvaguardas, devo informar que temos praticamente consenso, já faltavam, duas Representações nos pediram mais tempo e nisso estamos e esperamos que na próxima reunião do Grupo possa se resolver.

O seguinte tema era uma proposta de Oficina de Origem, que estávamos à espera justamente de um par de resoluções do que estávamos falando anteriormente, sobre a data da reunião de Chanceleres, para ver a oportunidade de sua realização e de também da pertinência de sua execução entendendo já que pelo menos o projeto do tema estaria sendo submetido à consideração dos Ministros.

Terceiro, o tratamento sobre a agenda futura do Acordo Regional No. 8, para o qual foi acordada a realização de um foro virtual e nisso estão neste momento as creditações dos Delegados de cada país para depois ter o regulamento de como operaria aquele tema.

Quarto, era um documento que preparou a Secretaria sobre as medidas de salvaguardas aplicadas pelos países-membros, o qual está sendo recebido neste momento, recebendo comentários, tivemos comentários da Delegação do Brasil por escrito, outras Representações que não têm comentários ou já o fizeram verbalmente durante o mesmo Grupo, e nisso são os quatro temas que estamos neste momento trabalhando, senhor Presidente, e esperamos sermos bem-sucedidos, prontamente os primeiros temas que estão mais avançados, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço muito o relatório do Coordenador, gostaria de fazer uma reflexão sobre o tema Notificação de Salvaguardas, porque sei que há duas Representações pendentes de pronunciamento, mas quero que se tome nota de que aqui não está sendo modificado nada de fundo sobre o tema Salvaguardas, que é simplesmente a unificação do mecanismo de notificação, que realmente facilita o trabalho de todos e quando digo facilita o trabalho de todos estou pensando especialmente nas pequenas e médias empresas, porque que haja diferentes mecanismos de Notificação da Salvaguarda cria dificuldades que vão contra os que menos possibilidades têm.

Portanto, seria útil se pudéssemos terminar com as ressalvas, mais do que ressalvas, com as questões pendentes de formular para que pudéssemos pelo menos neste campo dar um passo substancial, creio que tudo aquilo que contribua para unificar procedimentos sem dúvida favorece a participação das pequenas e médias empresas no comércio inter-regional e creio que é uma responsabilidade grande da ALADI tentar promover esses processos.

Não sei se sobre o manifestado pelo Coordenador deste Grupo de Trabalho outra Representação quer fazer uso da palavra.

Não sendo assim, fica o último ponto que é assuntos diversos.

6. Assuntos diversos

... Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Gostaria de referir-me brevemente a uma questão muito importante sobre algo que eu tinha informado aos Chefes de Missão, referente à visita que tínhamos recebido de um enviado especial do Governo do Panamá com relação à intenção desse país de se incorporar à ALADI.

Nesse sentido, Presidente, para manter estas tratativas no nível que estão, são ainda tratativas, enviei uma missão ao Panamá, o Economista Leonardo Mejía que participa do Gabinete do Secretário-Geral, para dar as informações solicitadas pelo Panamá para considerar eventualmente sua incorporação.

Essa missão foi na semana passada e a informação que temos que transmitir é que o Panamá reiterou seu desejo de solicitar oportunamente a incorporação à ALADI. A data da solicitação ainda não está definida mas foram muito claros em dizer que querem ainda neste ano, tudo isso se maneja sem papéis até o momento, foram conversações e quando tenhamos uma apresentação formal do Panamá vamos trazê-la, como corresponde, para a consideração do Comitê, nada mais do que isso, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelo relatório, não sei se alguém quer fazer algum comentário, não sendo assim, na próxima quarta-feira 3, às 9h45m temos uma nova sessão, damos por encerrada a sessão, obrigado.
